

Ofício nº

Brasília,

CEDI - P. I. B.
DATA 21, 12, 1986
COO: F8D00027

Excelentíssimo Senhor Ministro

Tenho a honra de apresentar a Vossa Excelência um relatório tanto quanto possível sucinto, da viagem, de inspeção realizada às comunidades indígenas da Amazônia Legal, do Parque Indígena do Araguaia e do sul de Mato Grosso, entre os dias 29 de novembro e 11 de dezembro, em 36 horas de vôo e seis horas por estradas de rodagem.

EPIDEMIA DEBELADA

Em Brasília, na manhã do dia 28, tomei conhecimento das providências do Secretário Executivo, no sentido de debelar uma epidemia de gripe e sarampo entre os Gorotire, no sul do Pará. Obtendo o auxílio de uma equipe do Hospital Distrital, inclusive uma pediatra, fretou um avião e enviou àquela aldeia, com 300 quilos de medicamentos e 250 de alimentos concentrados, além de vinte equipos de sôro glicosado. Adotou-se, com a segunda equipe, enviada no dia 30, para render à primeira, o sistema imunológico usado no Parque Nacional do Xingu, pelo Dr. Marcelo Pinho da Silva, da Escola Paulista de Medicina, que consiste no emprêgo do sangue do adulto convalescente de sarampo como vacina. Dos 130 índios infectados, morreram seis antes da chegada da primeira equipe e, depois da sua intervenção apenas uma criança, indevidamente medicada pela curiosa esposa do pastor protestante. Depois do controle do surto epidêmico, com a segunda equipe, totalizou 13 o número de óbitos.

BANANAL

No dia 29 segui, acompanhado do Secretário Executivo e do Diretor dos Departamentos de Administração e Assistência para a Ilha do Bananal, levando o nôvo administrador do Parque Indígena do Araguaia, para prosseguir na "Operação Bananal e inspecionar as frentes

Exmo. Sr.
Gen. Afonso Augusto Albuquerque Lima
DD Ministro do Interior
Rio de Janeiro - GB

de trabalho relacionados em relatório anterior. Utilizamos um avião "Beachcraft Aerocomander", fretado à líder pelo Gabinete do Ministro, por autorização do Dr. Pôrto Sobrinho, enquanto a primeira viagem para Gorotire fôra paga pelo DNOS.

Para a sede do PIA já haviam sido enviados dois C-47, cedidos pela 6ª. Zona Aérea, levando duas toneladas de materiais diversos, para a reconstrução de escolas, o reparo do Hospital e máquinas, além de vinte operários (oleiros, serralheiros, marceneiros, etc.) encarregados de comandar as equipes indígenas. Dirigiram essas duas expedições o Engenheiro José Alves Cavalcanti, o Agrônomo Francisco Brasileiro e o Sr. Gilvan Rocha, administrador do Parque.

DIFICULDADES

A estação chuvosa no Planalto Central tem dificultado os trabalhos. Só pudemos sair de Brasília depois das 15 horas, no dia 28, e, no trajeto, enfrentamos dois violentos temporais. Pretendíamos realizar, no dia 30, o leilão de gado. Mas, nessas 48 horas, não houve teto para os aviões monomotores habitualmente utilizados pelos Fazendeiros da região. Reunido todo o gado e contadas cerca de 1.500 rézes, não se verificou a licitação, por ausência de interessados. Considerando, porém, que há mais de 500 cabeças imprestáveis para o criatório (matrizes estéreis, touros de mais de dez anos, bezerros degenerados pelo intercruzamento) decidimos aumentar o abate, até então permitido de uma vez por semana, para 7 rézes semanais, destinando-se uma ao consumo exclusivo e gratuito dos índios, as demais para abate na Fazenda e venda para o consumo das populações caboclas da Ilha e da localidade vizinha de São Félix, destinada esta renda a melhoria do plantil. A apartação do gado foi feita por dois vaqueiros índios e quatro caboclos já contratados pela FNI. Exigiu dois dias, pois chovia torrencialmente e, às 17 horas do dia 30 soltou-se o gado no pasto, que está sendo dividido em várias mangas. Foi recuperado um trator, há mais de um ano sem serventia, adquiridos arreios para os animais, comprado um muar de almanjarra para a Olaria e um cavalo campeiro.

MERENDA ESCOLAR

A pedido do grupo escolar que serve à população ali-

enígena e aos filhos de funcionários da FNI e da Base Aérea, estamos providenciando no sentido da distribuição da merenda escolar, fornecida pelo respectivo Departamento do Ministério da Educação em Brasília: cerca de duas toneladas de alimentos. A merendeira da SUDECO ficou encarregada de distribuí-la, durante as férias, às crianças índias. Na noite de 30, assistimos à festa da coroação da Rainha do Estudante de Santa Isabel ^{do Morro} (sede do Parque), que rendeu mais de 500 cruzeiros líquidos para a merenda escolar.

ASSISTÊNCIA MÉDICA

Acompanharam-nos na viagem, regressando pela VASP no dia 1º de dezembro, os médicos Marcelo Pinho da Silva e Roberto Barusi, da Escola Paulista de Medicina, que, além de atender a crianças indígenas, fizeram o levantamento das necessidades de equipamento do futuro Hospital do Índio e de um Instituto de Pesquisas Médicas, anexo. O Secretário Executivo anotou a requisição sugerida, mas verificamos, desde logo, não haver disponibilidades para a aquisição do equipamento de Raios X, avaliado em cerca de cem mil cruzeiros novos. Embora o Diretor do Departamento de Administração esteja coletando preços e condições de pagamento a longo prazo, sugerimos a Vossa Excelência dirija um Aviso ao Senhor Ministro da Saúde, para a doação dêsse equipo ao Hospital do Índio, cujos médicos servirão, duas vezes por semana, à população cabocla local e à de São Felix, onde, para êsse fim, está sendo instalado um hospital. Continua notável a incidência de tuberculose na população Carajá.

TRABALHO INDÍGENA

Vem crescendo o interêsse dos Carajás pelo trabalho na FNI, como vaqueiros, oleiros, retireiros, marceneiros, motoristas e mecânicos. Os contratados estão sendo pagos pela Renda do Patrimônio Indígena, por enquanto proveniente da venda de carne do plantel da Ilha ou de outras fontes externas. Vem diminuindo o consumo da cachaça e as conseqüentes desordens, elevando-se a moral dos Carajás porque, pela primeira vez, estão sendo convocados para o trabalho regular, enquanto as mulheres continuam a dedicar-se ao artesanato tradicional, com proveito. Os salários dos índios vêm sendo pagos rigorosamente em dia, verificando-se, porém, um ligeiro atraso no pagamento dos funcionários, em vista

da lentidão dos repasses de verbas, pelo Banco do Brasil. Podemos assinalar que, embora excepcionalmente, há alguns índios que superam as performances dos demais trabalhadores (Projeto anexo).

EM CAMPO GRANDE

No dia 1º de dezembro, às 12 horas, chegávamos a Campo Grande (MT), sede da 5ª I.R., passando, nesta, a Ajudância, subordinada à Delegacia Regional, que se sedia em Cuiabá. A sede está muito bem cuidada, com um pequeno museu indígena, instalações burocráticas novas, depósito de material, garagem e residência, com uma hospedaria para os índios que procuram a cidade, onde residem cerca de mil Terenas, já aculturados e, portanto, fora do território tribal. Mas mesmo estes são atendidos, quando procuram a assistência da Ajudância. No Hospital das Clínicas de Campo Grande estão internados quatro índios (uma menina Caiuá, um rapaz, uma velha e um velho Terena, este último abandonado depois de trabalhar vinte anos para um fazendeiro, quando ameaçado de tétano em consequência de uma picada de cobra. A menina convalesce de uma operação de osteomielite, retirada uma parte do úmero esquerdo, evitando-se, como no velho, a amputação. A Ajudância paga diária de 15 cruzeiros novos por índio, fornecendo-lhes roupas e outras utilidades. O Ajudante ficou autorizado a pagar os enfermeiros do SUSA, que atendem à população índia, com a renda do patrimônio indígena que se calcula, no próximo ano, em 150 mil cruzeiros novos. Tem-se exercido a maior vigilância contra as intrusões e é lamentável que muitos contratos de arrendamento tenham sido feitos por 7 e 8 anos, alguns concluindo-se em 1974. Porque é do nosso interesse entregar ao índio o cultivo de sua própria terra.

EM PONTA PORÃ

Às 16 horas do dia 1º, domingo, seguimos para Ponta Porã, a fim de estudar as possibilidades de instalação de uma Ajudância. Nas proximidades daquela cidade, verificou-se mais uma pane no bimotor da Líder, que pousou monomotor, por defeito na bomba de gasolina, com a agravante de estar a pista normal interditada para reparos e a de alternativa, de grama, parcialmente alagada, enquanto não tivemos nenhum apoio da torre da estação de rádio do Aeroporto. Esperamos que o avião fôsse

reparado e, finalmente, às 20 horas, alugamos um automóvel para Dourados, onde pernoitamos. Se em Ponta Porã nada aconselhava a instalação da Ajudância do sudoeste da Delegacia de Mato Grosso, em Dourados, epicentro de várias tribos Terenas e Caiuás encontramos as melhores condições para a mesma, que ficaria a 400 quilômetros da Ajudância de Londrina, na 4ª Delegacia Regional. O atendimento hospitalar à população indígena é ali dos melhores, bem como bastante promissora a atividade artesanal das mulheres.

HOSPITAL CAIUÁ

Visitamos, na manhã do dia 2, a Missão Evangélica que atua junto aos Caiuás, dirigida pelo Reverendo Orlando e sua esposa, D. Lóide, cuja abnegação nos emocionou, mas, lamentavelmente, até hoje nem o extinto SPI nem nós próprios lhes havíamos dado qualquer apoio. A Missão dispõe de um Hospital exclusivamente para índios, com isolamento para cinquenta tuberculosos e vinte e quatro leitos para clínica geral. Apenas a equipe do Serviço de Unidades Sanitárias Aéreas, do Ministério da Saúde, tem prestado algum auxílio a esse trabalho assistencial, falta de cooperação que já vinha desanimando a referida missão.

Tomamos, ineditamente, as seguintes deliberações:

1. Financiar dez leitos para tuberculosos, à razão de dez cruzeiros leito-dia;
2. Contratar um médico, cirurgião e clínico geral, por mil cruzeiros mensais, para servir naquela missão;
3. Pagar 750 cruzeiros novos, mensalmente, para pessoal de enfermagem, totalizando essa ajuda 57 mil cruzeiros novos anuais, o que possibilitará a sobrevivência do Hospital Indígena Caiuá, para atendimento às áreas indígenas de Goiás e Mato Grosso.

ARTESANATO INDÍGENA

Muito trabalhadoras, as mulheres da tribo Caiuá, no Posto Indígena vizinho à missão, executam um primoroso trabalho de artesanato, confeccionando sandálias com linha de algodão e usando fios de lã para a feitura de mantilhas, estolas e saias, com desenhos multicoloridos, além de bolsas de pelica, com desenhos de fios de algodão. D.

Lóide, depois de visitar o Feru, trouxe de lá o desenho de um tear indígena, que aperfeiçoou, enquanto as índias, sob a sua orientação, passaram a criar caprichosos panos, em perfeita tessitura.

Informada do nosso plano de instituir a ARTÍNDIA, vinculada ao Departamento de Administração, para a comercialização do artesanato indígena, animou-se a prosseguir no trabalho, para uma exposição que deverá ser feita em Brasília, no primeiro trimestre do próximo ano. Compramos-lhe algumas amostras e ela ficou emocionada, segura de que, dentro em breve, as tecelãs índias terão garantida uma renda mensal média superior ao salário mínimo regional, trabalhando apenas à tarde, tal a sua velocidade e habilidade.

PÔSTO DIFÍCIL

Visitamos o Pôsto Indígena Caiuá, onde almoçamos. O casal dêle encarregado, ela professôra, realiza um belo trabalho, mas os índios, viciados no álcool e minados pela tuberculose, não correspondem a êsse esforço. O encarregado mandou arar a terra, para o plantio da roça, mas o mato cresceu, sem que revelassem os índios o mínimo interesse pelo cultivo. Ordenei ao encarregado que, na próxima aração, contratasse caboclos para o plantio, pois os índios decerto colherão a primeira safra e se animarão ao trabalho. Encontramos, no pôsto e dando cuidado à espôsa do encarregado, três índios assassinos. Aparentam, nos traços fisionômicos, a mestiçagem com brancos e cablocos. Um dêles, de fâcies mongolóide, embriagou-se e deu treze facadas em outro índio, por que lhe devia 15 cruzeiros novos. Outro, de passado exemplar, confessou latrocínio cometido há dois anos, que agora nega, não tendo sido identificada a vítima, de côr branca, que levava numa pasta 400 cruzeiros novos. O terceiro é um jovem que, embriagado com uma mistura de cachaça e cerveja, assassinou, com três facadas, o branco que o embriagara. A única solução é retirá-los para território indígena distante e estamos na possibilidade de encaminhá-los para um dos parques indígenas. A espôsa do encarregado tem livro próprio de registro dos nascimentos, dos casamentos e das uniões maritais e revelou-nos que os índios alfabetizados desejam transformar-se em eleitores, satisfeita com a informação de que poderão fazê-lo.

PÊNFIGO FOLIÁCEO

Continuando em pane o avião que fretamos, deixamos Dourados numa viatura da FUNAI, que estava emprestada à Missão e seguimos, à tarde, para Campo Grande, onde só chegamos à noite, dado o péssimo estado da rodovia e os temporais que enfrentamos desde a Ilha do Bananal. No dia 3, pela manhã, entramos em contato com o diretor do Hospital do Pênfigo, naquela cidade, Dr. Günther, que atende à média de três a cinco índios por mês, portadores do "fôgo selvagem". Contratamos com ele o pagamento de três leitos-dia, a dez cruzeiros novos, com o dispêndio anual de 10.800 cruzeiros, pagáveis pela renda do patrimônio indígena.

O atendimento dos demais casos clínicos se faz no Hospital das Clínicas de Campo Grande, onde temos quatro índios atualmente internados.

SUICÍDIOS

No Hospital Caiuá um índio dessa tribo foi operado e confessou que disparara a própria espingarda contra o peito, porque os animais de outro índio invadiam constantemente o seu roçado. Outro, operado também no peito e internado em Campo Grande, foi ferido pela própria arma. A triste situação dos Caiuás, confinados em mínimo espaço do seu primitivo território, vendo constantemente levadas pelos brancos suas mais belas filhas, é que os conduz ao vício da embriaguês. Só as mulheres resistem e nunca se matam, muitas trabalhando para o sustento do vício dos maridos. É inocultável sua predileção pelos brancos, aliada a notável precocidade sexual. Para que os brancos recuperem a confiança em si mesmos é preciso um forte amparo social, assistência econômica e sanitária integrais, com permanente encorajamento ao trabalho para o próprio sustento, restaurada a sua iniciativa individual, descobertas suas predileções e tendências criativas, como tem feito D. Lóide.

O sociólogo Durkheim, ao falar sobre o suicídio anômico nas culturas dominadas pelo choque interétnico, parecia estar retratando o índio brasileiro. Mas, a que, não é apenas o suicídio moral, mas o suicídio físico, que se deve evitar. O que a FUNAI vem fazendo entre os Carajás tem que ser feito nas demais tribos, daí os recursos que pre

tendemos propiciar à Ajudância de Dourados, que instalaremos para atender aos índios do extremo sul de Mato Grosso.

EM CUIABÁ

Substituído o bimotor da Líder que nos servia por outro do mesmo tipo, a empresa fêz acompanhar a viagem por um mecânico e decolamos de Campo Grande às 14 horas, chegando a Cuiabá às 16 horas do dia 3. Na capital matogrossense, visitamos a sede da extinta Inspetoria, nomeando o Sr. Hélio Bucker para chefiar a 5ª Delegacia Regional e o Sr. Cícero Cavalcanti para a Ajudância de Rondônia, subordinada àquela e sediado em Fôrto Velho. O Sr. Helio Bucker encontrava-se em viagem de inspeção às comunidades indígenas de sua Delegacia, só devendo regressar no dia seguinte, quando, às 6 horas da manhã seguimos, de avião, para Rondônia, chegando às 10 horas. Pretendíamos falar imediatamente com o Governador, mas o Coronel Campedelli havia viajado no dia anterior.

A AJUDÂNCIA

Procurando a Ajudância, encontramos não somente o Sr. Cícero Cavalcanti, que já chefiava a 9ª Inspetoria Regional, agora extinta, como o sertanista Francisco Meirelles, que voltava da pacificação dos Cintas-Largas e deveria viajar, dois dias depois, para assistir ao casamento de uma filha na Guanabara. Meirelles mostrou-nos várias peças artesanais daqueles índios, inclusive flechas, mas nenhum arco. A tribo está trocando, por vários objetos, sua produção local e a roça feita pela expedição é de sementes por elas presenteadas. Ainda não houve contato pessoal mas, nesta fase do "namôro", os índios já foram a vistos. São de estatura mediana, muito robustos e andam completamente nus.

A Ajudância está localizada no Museu Rondon (com muitas peças indígenas autênticas) tendo ao lado uma biblioteca pública do Território. Dispõe de reduzido corpo de funcionários, ligando-se a Brasília por serviço de rádio, transmitindo e recebendo em Morse. Está funcionando há cerca de trinta dias, recuperada em nossa administração.

GUARAJÁ-MIRIM

Constatamos a necessidade da instalação de uma representação em Guajará-Mirim, que fica próxima de cinco outros postos, dos índios Pacaás-Novos. No lado oposto, na Bolívia, há postos daquele país, sendo necessária uma vigilância maior, para evitar a evasão dos nossos silvícolas.

MARCENARIA

Em Ribeirão, no Pôsto Major Amarante, há uma mercearia, absolutamente nova, mas não usada, por não haver pessoal capacitado - índio ou funcionário - para êsse trabalho. Enquanto isso, há interessados em arrendá-lo. O equipamento custou 16 milhões de cruzeiros antigos, mas está avaliado em 30 mil cruzeiros novos. Autorizamos o Ajudante a arrendá-la por dois anos, prorrogáveis, desde que encontre

um aluguel mensal superior a 1.500 cruzeiros novos mensais. Com essa renda, seria adquirida, a prazo, uma serraria para aproveitamento da madeira, de melhor qualidade, cujos toros desçam nas enxurradas do Rio Beni, da Bolívia. Isso propiciaria uma apreciável receita à comunidade indígena.

MINERAÇÃO DE OURO

Já não se pode negar a existência de outro aluvionar no leito do Rio Madeira. Quando da estada de Vossa Excelência em Rondônia, já se anunciava que o filão produzia 32 gramas por tonelada e que o Ministério do Interior concordava com o das Minas e Energia, na permissão de pesquisa no território indígena. Nesse pressuposto, oferecemos uma sugestão, no sentido de se encaminhar ao Presidente da República minuta de Decreto, permitindo que a FUNAI entre em entendimento com os concessionários, para permitir, mediante compensação, a pesquisa e lavra. É que, pela Constituição, se a União tem o domínio da terra indígena, é do índio o usufruto permanente de todos os frutos nela existentes. Já existe um precedente desta solução, no caso de concessão à Companhia Paulista para atravessar com sua linha férrea o território indígena no Pôsto Iakri, em Tupã, no Estado de São Paulo. Essa providência evitaria que se dissesse estamos permitindo a expropriação do índio e contrariando a letra expressa da Constituição. O "Royalty" assim obtido acresceria a renda do patrimônio indígena, facilitando o trabalho de recuperação, atração, aldeamento e integração das tribos de Rondônia.

ENGENHO DE CANA

A área indígena do Território de Rondônia se presta especialmente ao cultivo de cana, lavoura do que tem bons conhecimentos o Ajudante da FUNAI. Sugerimos-lhe que, em tempo próprio, iniciasse o plantio, enquanto cuidaríamos de obter um engenho para a produção da rapadura ou mesmo com capacidade para 3.000 sacos anuais de açúcar cristal, que não se produz em Rondônia.

A FUNAI dispõe, em Pôrto Velho, de um terreno que lhe foi doado pela Prefeitura, com 4.000 metros quadrados. Com as verbas recebidas do Departamento de Assistência, o Ajudante ficou autorizado a iniciar, imediatamente, a construção de um ambulatório e da Casa do

Índio, para abrigar os que procurem aquela capital, como ocorre, no Rio, na Ilha do Governador. Também ficou autorizado a tomar providências para a abertura de um campo de pouso perto da aldeia em que se encontram os Cintas-Largas para que, concluída a sua pacificação, sejam mais eficientes os trabalhos de assistência no aldeamento. Deve rá ser plantado um pomar em todos os postos, apreciáveis as possibilidades da pomicultura no Território e grande a procura de frutas tanto em Pôrto Velho como em Guajará-Mirim.

Finalmente, o Ajudante foi ouvido a respeito do gado da propriedade indígena, sugerindo a separação de retiros, em cada comunidade, para o consumo de carne e leite pelos silvícolas, podendo-se, ainda, abastecer a população não índia. Inicialmente, serão substituídas as rezes velhas, defeituosas e pouco aptas à reprodução, trocadas por matrizes e reprodutores de raça, paulatinamente.

EM MANAUS

Partimos de Pôrto Velho, onde concedemos uma entrevista de trinta minutos à Rádio local, às 5,30 horas do dia 5, chegando a Manaus às 10 horas. Encontramos a cidade ainda sob o impacto do massacre da expedição do Padre Calleri ao Território dos A-troaris, pairando no ar uma inspiração à vingança. Todo o povo considera a rodovia - que cortou o fundo o território indígena - essencial ao desenvolvimento do Estado, aspiração centenária de Manaus. É voz corrente que não deve ser interrompida, mas prosseguir DE QUALQUER JEITO. Recebendo os jornalistas, nacionais e estrangeiros, disse-lhes que pedira, realmente, a interdição da área, mas essa providência não implica na suspensão dos trabalhos, desde que procedidos com pelo menos duzentos homens e maquinaria em proporção, cuja presença os garantirá de qualquer aproximação dos índios. Expliquei-lhes que a interdição tem como objetivo principal garantir a incolumidade tanto dos trabalhadores como dos índios, presentes ao canteiro de obras sertanistas da FUNAI, que já demonstraram o seu valor nesse trabalho. O segundo objetivo é delimitar, desde logo, a propriedade indígena, para que nela possamos exercer o poder de polícia a que a lei nos obriga. O terceiro é a cobrança do pedágio, que nos possibilitará o custeio

de uma Polícia Rodoviária 1/2 Indígena, para garantir a segurança dos usuários da rodovia e dos próprios índios.

O MATEIRO

Logo que chegamos, procuramos ouvir o mateiro Álvaro, o "Mineiro", único sobrevivente da expedição Calleri, a fim de esclarecer alguns pontos do seu depoimento, que a imprensa do sul divulgou imperfeitamente, fazendo-nos prêsas de graves suspeitas. Não apenas coincidiu com o que está realmente gravado pelo sertanista Peret, como, diante de novas perguntas, respondidas com segurança, estamos quase certos da sua inocência. Sua culpa consiste, apenas, em, ao pretender salvar os companheiros, ter dividido a liderança da expedição. Parece-me que os índios não o sacrificaram porque, em contatos anteriores, quando trabalhava no DERAM, se tornaram seus amigos. Desempregado e como se trate de um cabloco trabalhador e amigo dos índios, convidamo-lo para servir à FUNAI e pretendemos levá-lo para a Ilha do Bananal.

PENSÃO ESPECIAL

Causou a mais viva e lisongeira repercussão em Manaus a notícia segundo a qual o Senhor Ministro do Interior ordenara à sua Consultoria Jurídica o preparo de expediente objetivando a uma Mensagem Presidencial ao Congresso, para que se beneficiem com uma pensão especial as famílias das vítimas do massacre da missão pacificadora. Logo que divulgada a notícia, surgiu um movimento no sentido de igual procedimento do Governo estadual.

NOVO DELEGADO

Empossamos, no dia 6, às 10 horas, o Capitão Alexandre, até então responsável pela 1ª. Inspeção, como Delegado da 1ª. D.R., sediada em Manaus e com jurisdição sobre o Amazonas, o Acre e Roraima. Trata-se de um dos homens mais eficientes de que dispomos. Modesto, disciplinado, consciente das suas responsabilidades, durante as graves ocorrências recentes em sua área nem uma vez sequer se deixou enredar pelos repórteres e jamais, em suas declarações, emitiu opinião sobre a orientação da FUNAI ou criticou seus superiores hierárquicos. Goza de excelente conceito junto às autoridades estaduais,

federais e municipais, especialmente recomendado pelo superintendente da SUDAM. Sua Delegacia é a que menos despende com pessoal, isto porque, em lugar de afastar os antigos servidores do SPI, preferiu apenas remanejá-los. Na Fazenda São Marcos, por exemplo, conservou-os todos, bem como na sede da Delegacia, onde contou com a leal cooperação do sertanista Gilberto, inicialmente indiciado e posteriormente inocentado pela Comissão de Inquérito Administrativo.

SUFRAMA

Visitamos, eu e o Capitão Alexandre, na tarde do dia 5, o Coronel Floriano, Superintendente da SUFRAMA. Pedimos-lhe, depois de apresentar-lhe o nosso Delegado, tôdas as facilidades para o exercício da sua missão, revelando-lhe que pretendíamos comprar em Manaus o equipamento rádio-elétrico indispensável a FUNAI e, em tal caso, encarecendo-lhe a supressão de arestas, se porventura a fiscalização alfandegária, por incompreensão possível, pretendesse arrecadar-nos tributos, em tais operações, desde que gozamos de isenção fiscal plena. Tivemos excelente recepção e plena receptividade aos nossos objetivos.

PRELAZIA DE RORAIMA

No dia 6, às 8,30 horas, viajamos para Roraima, chegando a Boa Vista às 10,50 horas. Dirigimo-nos imediatamente à sede da Prelazia, onde nos recebeu o Padre Silvano, dileto amigo do Padre Calleri e o primeiro a participar-nos o massacre da expedição, possibilitando-nos levá-lo ao conhecimento de Vossa Excelência antes que fôsse publicado em qualquer órgão de divulgação. Tivéramos contato anterior com êle, dias antes de o Padre Calleri iniciar a penetração pelo Rio Santo Antônio. Em longa conversa, não conseguimos, atinar o motivo pelo qual o chefe da expedição contrariara, sem aviso prévio à FUNAI, os termos de Autorização nº 2, que determinava a expedição pelo rio (escolhido, depois, o Alalaú) fora do território tribal, vedada a penetração, sem convite, no Território indígena. Disse-nos o Padre Silvano que o Padre Calleri agiu sob pressão, mas jamais revelou precisamente quem a fizera, havendo, apenas, ligeira referência ao DERAM. Demos os nossos pêsames à Prelazia e fizemos ver os padres que

o sacrifício de João Calleri - morrendo às mãos dos índios - serviria de exemplo aos nossos honens e de motivo de orgulho para a sua ordem e para a Prelazia.

ASSISTÊNCIA

Por deficiência do campo de pouso, não podemos ir a Catrimani, onde a Prelazia de Roraima executa excelente trabalho junto aos índios Uapixanas e Macuxis, dando-lhes assistência educacional e sanitária, encorajando-lhes o espírito de liderança e ministrando-lhes consciência do próprio valor. Conversando com o Governador do Território, êle nos revelou o seu entusiasmo pelo trabalho dos padres e, diante disso, vimos claramente a possibilidade de unirmos esforços - o Governo territorial, a Prelazia e a FUNAI - para que se torne mais completa a assistência que vem sendo prestada àquelas tribos de Roraima. Estamos estudando o pagamento das professoras contratadas pela Prelazia para a alfabetização dos índios e a matrícula, dos que completem o curso primário na Fazenda São Marcos, nos cursos industriais que a Prelazia mantém e na Escola Normal de Pôrto Velho.

A RODOVIA

Na nossa palestra com o Governador discutimos o reinício das obras da Manaus-Caracaráí partindo desta cidade para a fronteira com o Amazonas. Disse-nos que o plano previa o ataque simultâneo, em duas frentes, mas houvera dificuldades com a firma empreiteira vencedora da concorrência para aquela frente. Em palestra posterior com o diretor do DNER no Amazonas, Engenheiro Altamiro Veríssimo da Silveira, esclareu-nos êste que cessaram as dificuldades e que aquela frente será brevemente aberta. Adiantou-nos, ainda, que os trabalhos da rodovia foram suspensos por falta de recursos e não pela ameaça dos índios nem pela interferência da FUNAI, que sempre manteve os melhores entendimentos tanto com o DERAM como com o DNER.

EM SÃO MARCOS

Cedeu-nos o Governador uma "avuadeira", que nos levaria, pelo Rio Branco, à sede da Fazenda São Marcos. Uma parte da nossa equipe foi de avião, acompanhada pelo sertanista Gilberto e a

outra, comigo, em companhia do Padre Silvano, seguiu na lancha. A viagem aérea durou oito minutos e a fluvial 50 minutos, graças ao motor de 160 HP que serve à "avuadeira". Mas o administrador da Fazenda gasta nada menos de quatro horas no trajeto, por ser pouco poderoso o seu motor. O campo de pouso tem 1.300 metros e, embora gramado, recebe muito bem os aviões bimotores. A Fazenda dispõe de uma casa-sede muito bem construída, mas mal conservada, porque sempre insuficientes os recursos que, para sua manutenção, oferecia o SPI.

PROVIDÊNCIAS

Não tivemos tempo para visitar os diversos retiros da Fazenda, mas estivemos na aldeia Vista Alegre, onde se encontram os índios Macuxis. São bastante trabalhadores, cuidam da própria roça, trabalham no retiro e alguns são bons vaqueiros. Sua situação sanitária não é das piores e há cerca de cinquenta crianças matriculadas na escola. À noite, um dos índios tocou sanfona, acompanhado por outro no Taró, os demais cantaram e recitaram e todos revelaram sua alegria dançando a noite inteira. Isso não impediu que, às 3 horas do dia seguinte, fôssemos acordados pelos discos que tocavam no alto-falante ...

Depois da demonstração dos alunos, reunimo-nos com o novo Delegado, o administrador da Fazenda e seus auxiliares diretos, consertando medidas para a recuperação integral e o desenvolvimento de São Marcos.

Foram ordenadas as seguintes providências:

1. A presença, na Fazenda, em janeiro próximo, de um engenheiro agrônomo e de um advogado da FUNAI, o primeiro para equacionar a exploração racional das suas possibilidades econômicas, o segundo para verificar a extensão das intrusões (mais de um terço da propriedade) e tomar medidas para a defesa e recuperação do patrimônio indígena;

2. Dotar a Fazenda de luz elétrica e água corrente, para melhorar suas condições de habitabilidade e defesa sanitária;

3. Abater, semanalmente, uma vez (a Fazenda dispõe de 3.470 cabeças) e servir leite diariamente à população indígena;

4. Construir uma Olaria, uma Enfermaria ou ambulatório, uma nova escola, uma casa para o administrador, um armazém para Cooperativa de Consumo e um cais no Rio Uraricuera, para o acostamento dos barcos;

5. Determinar uma gratificação mensal do cacique (que ajuda na fiscalização), equivalente ao salário mínimo regional.

O objetivo da FUNAI é transformar a Fazenda São Marcos num centro de abastecimento do Rio Branco (leite, carne, cereais e frutas), auto-sustentável, com integral assistência à população indígena, na única gleba que lhes foi delimitada no Território. Será ali o refúgio das tribos sem terras que vagueiam na região, expropriadas, há decênios, pela ganância do civilizado.

VOLTA A MANAUS

às 6 horas do dia 7, partimos para Manaus. Dezenas de índios Macuxis (que se chamam de "cablocos") foram apresentar-nos suas despedidas no campo. Mostravam-se interessados e esperançosos, dispostos a cooperar na recuperação da sua Fazenda e a receber, futuramente, irmãos de outras tribos. Chegamos à capital amazonense às 10,30 horas e esperamos, no aeroporto, o Diretor do DNER, com quem conversamos longamente. Explicamos-lhes que não podíamos cumprir um compromisso do Padre Calleri, no sentido de levar os índios do Rio Santo Antônio para o Rio Alaláú. É que, pela Constituição, eles têm a posse permanente da terra que habitam e é justamente esta que garante o domínio da União. Identificada a propriedade territorial indígena, ela se torna inalienável: somente uma emenda constitucional (de todo desaconselhável) possibilitaria a doação do patrimônio indígena. Demonstramos que a simples abertura de uma estrada (como sucedeu, recentemente, em São Paulo, na mudança de traçado da E.F. Paulista) em território indígena depende de decreto presidencial, autorizando a FUNAI a promover o convênio em que se compense a troca do "uso exclusivo" pelo índio por equivalente compensação. Ficou êle convencido da necessidade da interdição da área e já acredita, como nós, que os índios se afastarão, por enquanto, das proximidades do seu eixo. A criação de um parque, na região, viria a garantir a preservação de Wainiris e Atroaris do contágio, das intrusões e dos piores contatos com o elemento civilizado ou pseudo-civilizado.

PROBLEMAS DO PARÁ

Partimos do Aeroporto de Manaus no dia 8, às 7,30 horas, chegando a Santarém às 9,30 horas. Reabastecido o avião, decolamos às 10,45 horas chegando a Belém depois de 2,35 horas de voo. Imediatamente nos dirigimos à sede da antiga Inspetoria da FUNAI, hoje 2ª. Delegacia, tendo como área de jurisdição o Pará, o Maranhão, o Território do Amapá e o norte de Goiás. Respondendo pela antiga Inspetoria, encontramos o funcionário José Honório Maia, cedido à FUNAI pelo DNOCS, desde 5 de junho. Substituí o antigo inspetor, Major Rubens Rodrigues e o Coronel Américo Brasiliense, substituto do primeiro, ambos afastados por irregularidades comprovadas em sindicância, de que resultou pedido de Inquérito Administrativo a esse Ministério, ainda não iniciado.

A Inspetoria estava praticamente abandonada, desviado o produto da "Operação Castanha", os chefes de postos cuidando exclusivamente do seu interesse pessoal, na caça de peles ou no plantio e colheita de roças no território indígena.

O funcionário José Honório Maia organizou a contabilidade, aplicando a renda do patrimônio indígena em benefício das respectivas aldeias e encarregando-se da venda das peles obtidas pelos índios para entregar-lhes o resultado pecuniário.

Declarou-nos que, com 60 milhões, aplicados em janeiro próximo, deixaria a Delegacia auto-financeável. Ocorre porém que a importância de 40 milhões, enviada à Delegacia, via Brasília, no dia 28, até esta data não chegara a Belém.

Na "Operação Gorotire" (130 índios doentes e apenas 13 óbitos, até esta data) o então inspetor da 2ª. I.R. obteve dois aviões, um fretado, outro da FAB, enviando uma carga de 1.400 quilos de remédios e alimentos, além de quatro pessoas para a distribuição dos socorros.

Está reorganizando os postos e trouxe dois estudantes de economia de Brasília para chefiar os mais críticos, entre - gues os jovens com grande entusiasmo ao trabalho.

O índio paraense é feito às tarefas produtivas, mas estava abandonado à própria sorte. Já a Ajudância do Maranhão enfrenta problema bem mais grave, com a medicância e desafeição ao trabalho demonstrada pelos Kraôs e Kanelas, que costumam viajar para Belém, São Luíz, Recife e Guanabara, não apenas para pedir auxílio à FUNAI, mas, quando não vigiados, pedindo à caridade pública. Temos cerca de 30 deles hospedados no Rio de Janeiro, na Casa do Índio e, por isso mesmo, estamos tomando providências junto à Delegacia e à Ajudância que os acolha, para evitar essas peregrinações desnecessárias e que depõem contra a Fundação.

Conforme fizemos na 1ª. Delegacia, nomeamos, aqui, o Sr. José Honório Maia para a 2ª. Delegacia da FUNAI, confiando na sua capacidade de trabalho, em seu espírito de iniciativa, na sua disciplina administrativa e, sobretudo, na sua comprovada honestidade.

NÓVO PARQUE

Sugere-nos o Delegado da 2ª. D.R. a criação do Parque Indígena do Iriri, entre o rio dêste nome e o Tapajós, abrangendo a Serra do Cachimbo, onde se encontra a missão de pacificação dos Krãin-A-Kore, a cargo dos irmãos Vilas-Boas. Essa reserva indígena abrangeria a área compreendida entre os paralelos de 7º 20' e 9º sul e os meridianos de 52º 30' e 58º. Considerada a idéia, mandaremos proceder a estudos pelo Departamento de Patrimônio, que escolherá os limites naturais, a fim de que possamos encaminhar a Vossa Excelência minuta de Decreto, com a necessária justificação. Pensamos que a criação de parques e reservas na área da 2ª. Delegacia Regional da FUNAI é o meio mais eficiente para policiar as intrusões no território indígena, evitando-se os choques violentos e as espoliações.

Sugeriu-nos, finalmente, o Delegado que, antes da nossa visita à Ajudância de Barra do Corda (criada com a extinção da 3ª. Inspeção) visitássemos o Pôsto de Mãe Maria, para que tivéssemos uma amostra de organização comunitária indígena no Pará. Mas as condições do tempo desaconselharam essa visita e seguimos para São Luíz.

NO MARANHÃO

No dia 9 chegávamos a São Luíz, ocupando no avião o lugar do Secretário Executivo - chamado a Brasília - o Delegado José Honório Maia. Visitamos imediatamente a sede da antiga Inspetoria, um velho prédio, com ação de despejo não contestada, dispondo de dois pavimentos, em depósito mais de 22 mil cruzeiros novos de remédios e implementos agrícolas, máquinas e semoventes. Enviáramos para lá, dias antes, 48 mil cruzeiros novos da verba de assistência, para aplicação imediata. O equipamento agro-industrial já adquirido será levado ainda este mês às comunidades indígenas.

Vimos a casa doada pelo Patrimônio Indígena ao extinto SPI, no centro da cidade, em péssimas condições, exigindo uma aplicação de pelo menos 40 mil cruzeiros novos em sua recuperação. Considerando tal investimento elevado e pretendo instalar a Casa do Índio fora do perímetro urbano, procurei o Governador José Sarney, para estudar a possibilidade de permutar aquele próprio por um sítio, a dez quilômetros do centro, com uma casa, onde funcionaria a representação da Ajudância de Barra do Corda, onde não há estabelecimento de crédito. No terreno restante, construiríamos um ambulatório e a Casa do Índio, garagem e depósito de material. Em princípio, concordou o Governador, o que não dispensa a alternativa de nos entendermos, no mesmo sentido, com o Prefeito de São Luíz.

ESTRADA PIONEIRA

O Governador José Sarney advertiu-nos de que, tendo aberto em duas frentes a construção da rodovia MA 72 - que liga a Belém - Brasília a São Luíz - em dois pontos já foi atingido o território indígena, despertado o apetite dos grileiros, que deseja se já contido. Respondi-lhe que a solução será a interdição da área, com o pessoal da FUNAI acompanhando a abertura das picadas. O Governador concordou desde logo com a idéia, revelando o entusiasmo com que procura colaborar na ação administrativa do Ministério do Interior.

DIVULGAÇÃO

Recebendo a imprensa local à tarde e falando, à noite, durante 40 minutos, na Rádio Timbira, expressamos o prazer com que recebêramos a palavra de advertência e de apoio do Governador do

Estado, no sentido de garantir a segurança dos trabalhadores e das tribos, nas frentes rodoviárias pioneiras, bem como louvamos seu interesse pela defesa do patrimônio indígena. Também demos - num relato circunstanciado - catais esclarecimentos sobre a Missão Calleri entre os Alalalás demonstrando que nenhuma culpa coube à FUNAI pelos lutosos acontecimentos.

EM GOROTIRE - Partimos às 6 horas da manhã, do dia 10, de São Luiz e, abastecido o avião em Carolina, chegamos às 10 horas a Gorotire, onde se encontram os índios caiapós vitimados pela epidemia de sarampo e gripe. Apenas 13 estavam num isolamento improvisado, recuperados os 104. Este número somado a 146 sobreviventes de epidemia anterior, faz com que haja, agora, 250 "vacinados" numa comunidade de 450 pessoas. As perdas foram de 10 % dos infectados e 3% da tribo.

Por deliberação dos homens da comunidade, presente o pastor Protestante e por nós presidida, foi resolvido que aquele se retirasse de Gorotire em 48 horas. Quanto ao Padre Jaime, há 10 anos entre os Gorotire, retirou-se conosco, de avião, para Conceição do Araguaia.

Recomendamos ao Chefe do Posto a instalação de um barracão de mercadorias, ponto inicial da futura cooperativa de Produção e Consumo, pagos os índios sempre em dinheiro, que conhecem, revelando ótimos dons mercantis.

EM BRASÍLIA - Decolamos de Gorotire às 14 horas. O Padre ocupara, no avião, o lugar deixado pelo Delegado da 2ª. DR em Imperatriz, de onde partiu para visitar postos indígenas do Pará. Depois de deixar o sacerdote em Conceição do Araguaia, partimos, às 15,30 horas para Brasília, onde chegamos às 18 horas. No dia 11 reuni-me na sede da Direção, em Brasília, com o Secretário Executivo e o Diretor dos Departamentos de Administração e Assistência, para a seleção dos dados em que basearia o presente relatório.

Comunicou-me o Secretário Executivo que recebera a visita, no dia anterior, do Sr. W. Teodoro Laskowski, diretor da Missão Cristã Evangélica e do Sr. John F. Canfield, missionário em Brasília, para esclarecimentos a respeito do afastamento do pastor que se encontrava em Gorotire. Foi-lhe dito que os índios exigiram a medida e que a FUNAI só permitirá, de agora em diante, a presença de religiosos nas tribos mediante apresentação de plano de assistência e compromisso de não interferir para alterar os costumes e instituições tribais. Em nenhum caso se admitirá a simultânea inter

ferência de confissões religiosas diferentes, para não perturbar a unidade tribal. Retiraram-se aqueles pastores satisfeitos com a solução dada, mas pretendendo a indenização de uma tapera construída no território indígena.

CASA DO ÍNDIO NO DF - Tomai conhecimento, pelo Secretário Executivo, de que o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal pretende doar à FUNAI um lote de 30 hectares, dentro do Horto Florestal, para a construção da Casa do Índio, podendo o IBDF erigir, às suas custas as construções necessárias, segundo nossos projetos. A área dispõe de rio permanente, mata e cerrado. Ainda esta semana, o Secretário Executivo, acompanhado pelo nosso agrônomo, escolherá a gleba a ser-nos doada.

INTRUSÃO EM TRIPUANÃ - Sabe Vossa Excelência que a primeira interdição de área pedida pela FUNAI, quando exercia eu as funções de Delegado Ministerial, resultou de choques entre índios Cintas-Largas e garimpeiros no município de Tripuanã. Foi baixado o Decreto nº 62.995, de 16 de julho de 1968 e mandadas para a região, entre Mato Grosso e Rondônia, as expedições Heirelles e Peret. Trata-se de um município artificial, sem sede nem condições mínimas de autonomia, tanto que o seu prefeito reside em Cuiabá. Chegando a Fôrto Velho, tomamos conhecimento de que o prefeito de Tripuanã resolvera abrir uma estrada na área interdita. Como resultado de um telex que enviamos a Brasília, foi encaminhado ao Departamento de Polícia Federal o ofício nº 128, do dia 5 do corrente, e hoje o Diretor do Serviço de Informações do DPF nos comunicou já terem sido tomadas as providências cabíveis, por intermédio da subdelegacia de Fôrto Velho.

TRANSPORTES AÉREOS - Esta nossa missão só foi possível diante do oferecimento de um avião mandado fretar pelo Dr. Fôrto Sobrinho, Chefe de Gabinete do MINTER, esgotados os nossos recursos para esse fim, em vista do frete de aviões comerciais.

O problema dos transportes aéreos é crucial, para o atendimento às tribos da Amazônia legal e do sul de Goiás e Mato Grosso.

Diante disso, tomamos a iniciativa de procurar onde e como adquirir aeronaves suficientemente versáteis para as nossas ligações urgentes.

Entrou o nosso Secretário Executivo em contato com o

primeiro Secretário da Embaixada Britânica em Brasília, para a aquisição, a prazo de três anos, de cinco aparelhos bimotores "Islander", que importariam num dispêndio mensal de 35 mil cruzeiros novos, que podem ser pagos com recursos. (Ofício anexo).

FAZENDA PARACATÚ - Existe, no município mineiro de Paracatú, uma Fazenda pertencente à SUVLE (Departamento Agrícola) que se dedica à criação de gado fino no NELORE, com "pedigree". O seu ex-administrador, por nós procurado, disse-nos que podem doar à FUNAI 20 matrizes e 20 tourinhos, com que solucionaremos o problema do plantel-máter do Parque Indígena do Araguaia.

Bastará, portanto que Vossa Excelência autorize ao Superintendente da SUVLE essa doação.

Com os meus agradecimentos à oportunidade que nos propiciou a Secretaria de Gabinete do MINTER, nesta viagem, que me pareceu das mais proveitosas, protesto a Vossa Excelência a reiteração do meu mais elevado apreço.

Exmo. Sr.

Gen. Afonso Augusto Albuquerque Lima

DB Ministro do Interior

Rio de Janeiro - GB